

ENS A I O

TEORIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SEM HISTÓRIA

RAYLANE MARQUES SOUSA
Universidade de Brasília
Brasília | Distrito Federal | Brasil
marques.raylane@gmail.com
orcid.org/0000-0002-5861-369X

I

Neste ensaio, desenvolvo um argumento a favor de uma *teoria do conhecimento histórico sem história*, um tipo de conhecimento formulado sem precisar de um fato específico, sem necessitar de uma razão. Acredito seriamente que a teoria da história pode proceder sem história, pode *começar e terminar em ideias* que estejam presentes em nosso *intelecto*, e ainda assim infundir *crença* aos fatos. Enfatizo aqui, com os próprios recursos da teoria do conhecimento, que essa teoria do conhecimento histórico sem história não indaga as *origens das ideias* e não rastreia a *linhagem dos pensamentos*, simplesmente porque as ideias e os pensamentos são *constructos mentais aproximativos e não definitivos da realidade*, que só uma teoria do conhecimento dos *tipos* ou *modelos dos fatos*, feita por meio de *sentenças afirmativas*, pode formular um *teorismo crítico das conjecturas*. Enfatizo até mesmo que essa teoria do conhecimento histórico sem história é feita rigorosamente de *sentenças afirmativas*; e que nos aspectos dos fatos que podemos *conhecer com certeza* estão os principais meios para construirmos uma *verdade ligada à teoria*; por isso as nossas *crenças* nas sentenças afirmativas sobre os fatos se ligam à teoria formulada aqui.

A minha tese da teoria do conhecimento histórico sem história, em linhas gerais, pode ser exposta da seguinte forma: a ideia é a fonte soberana do conhecimento teórico da história. Sendo assim, as ideias do nosso conhecimento histórico não nascem da história, mas das afirmações e negações que fazemos com base em nossa percepção da realidade.

Essa teoria subsiste independentemente da história e para além da sua teoria, por isso, como mostrarei aqui, é um tipo de conhecimento que pode merecer a atenção de historiadores e não historiadores.

A questão da ideia como origem da teoria do conhecimento histórico pode ser reescrita nos seguintes termos: a noção aproximada da realidade fundamenta a nossa representação mental, e é da nossa representação mental que provém a noção aproximada da realidade, ou ideias, com que ela é capaz de capturar a riqueza das nossas percepções da realidade e articulá-las teoricamente; isso quer dizer que com as nossas ideias concebemos alguma teoria e o mundo.

Mas como concebemos a noção aproximada da realidade? E o que legitima a nossa representação mental de algo? Isso nos leva a outras duas perguntas: quais tipos de sentenças podem originar teorias? E como formulamos sentenças para compreensão satisfatória do mundo?

Como ponto de partida, é preciso saber a natureza das ideias que originam a teoria do conhecimento histórico, e também as nossas sentenças. As ideias da teoria do conhecimento histórico e as ideias das sentenças são *constructos mentais aproximativos e não definitivos da realidade* do que percebemos e sabemos ou do que imaginamos.

Mas como saber o que definem as ideias da teoria do conhecimento histórico e das nossas sentenças? Se investigarmos a fundo como os historiadores obtêm suas ideias e produzem teorias dos fatos, acabaremos conhecendo seus *constructos mentais aproximativos e não definitivos de imagens reais* (que podemos chamar de *pensamentos que originam algo* ou, de outro modo, *pensamentos fundamentais*). Continuemos o raciocínio: admitimos que as ideias que os historiadores teóricos concebem não se originam predominantemente da história. Entendemos que suas teorias nascem do trabalho com os fatos. Mas essas ideias e essas teorias históricas, no fim das contas, originaram-se de percepções da realidade. Do contrário, teriam de ser definidas como ideias e teorias determinadas, não como *inesperadas*. Desse modo, a realidade é a origem dos pensamentos fundamentais dos historiadores.

Aí definimos a natureza das ideias da história e das nossas sentenças, tais como imaginamos que se originam e são trabalhadas por historiadores teóricos.

Ensaiei mostrar que elas legitimam tanto a teoria do conhecimento histórico quanto as nossas alegações; que as ideias da história e das nossas alegações sobre os fatos nascem em nosso intelecto, por meio de um processo consciente que nos ajuda a transformá-las em uma imagem coerente e dotada de sentido; finalmente, que esses pensamentos que originam algo ou pensamentos fundamentais — ideias que podem desenvolver o conhecimento ou acerrar algo — devem ser vistos como sentenças apoiadas em concepções da realidade.

Em primeiro lugar, se interpelássemos os teóricos do conhecimento histórico de onde provieram as suas ideias, nunca chegaríamos a uma origem primeira em cujo começo pudéssemos depositar crenças. Ao contrário, perceberíamos que cada pensamento que origina algo ampliaria a necessidade de pensamentos fundamentais, como uma cadeia de pensamentos que se ligam por compartilharem algo em comum. Logo, teríamos de investigar mais de perto a origem dos pensamentos em que nossas ideias se baseiam, determinar como é possível apreendê-los através de ideias, e de que maneira eles se relacionam com as ideias. Só então poderíamos depositar crença no começo

das ideias. Porque as ideias são anteriores ao pensamento; na verdade, elas são o pré-requisito de qualquer pensamento. Em outras palavras, sugerimos que as ideias, ou pelo menos a nossa capacidade de formar ideias — através das quais concebemos as teorias e o mundo —, não são imediatas. Acreditamos que elas provêm das nossas percepções da realidade. Nesse sentido, pouco importam suas origens.

Ilustremos essa colocação com um exemplo muito simples, mas que é capaz de dissolver os enganos da pergunta “de onde?”, ou seja, o lugar onde se originam as ideias, a afirmação “A história é a ciência dos homens no tempo”. Conjecturemos que um pesquisador não acredite nessa sentença ou queira saber de onde Marc Bloch a retirou. A maneira mais prática e rápida é reler “Apologia da História”. Se a afirmação estiver lá e não for atribuída a outrem, então o historiador francês a pensou. Mas o pesquisador não para por aqui. Ele já confirmou que a afirmação é do autor, agora o correto seria analisar as ideias contidas na sentença, e não a sua origem. Mas o pesquisador questiona de onde Marc Bloch a retirou e aumenta a necessidade de origem que consiste em descobrir pensamentos que originam algo. Nesse caso, o que ele deve fazer para evitar cair em uma vinculação de pensamentos de origem?

Há pelo menos duas maneiras de solucionar o problema. A primeira é pensar nas credenciais de Marc Bloch como historiador e acreditar na sua sentença. A outra maneira é perguntar “por que Marc Bloch afirmou que a história é a ciência dos homens no tempo?” A primeira solução descarta a indagação de onde provêm as ideias, de modo que abre uma rica discussão sobre as crenças na teoria da história, o que faremos mais adiante. A segunda solução provoca no pesquisador uma desconfiança que o conduz ao conhecimento de algo. Nesta fase, ele se questiona “por quê?” e então se aproxima de algo, sem necessariamente entrar em um processo contínuo e prolongado de pensamentos de origem.

Há um motivo pelo qual essa sucessão de pensamentos de origem nunca pode chegar de fato à origem de algo, qual seja: cada pensamento tem sempre que pensar aspectos fundamentais que começam em outros pensamentos ou em outros lugares de origem. Não pode depositar crença em uma origem única, especialmente se essa origem estiver dissociada da realidade, que pode ser afirmada ou negada. É a realidade que pode interromper a sequência de pensamentos de origem de algo que não é imediatamente conhecido. Em outras palavras, sempre que procuramos pela gênese de um pensamento ou de qualquer outra coisa, esbarramos com constructos mentais de outros, que escapam a qualquer tentativa de abarcá-los em uma gênese única. Apenas à realidade que, afinal de contas, escapa à apreensão direta, vem se revelar a gênese do pensamento, que não pode ser dividido em ideia e origem.

Nesse sentido, não é possível pesquisar o pensamento de um autor até a sua origem, que está em sua consciência: ela conduz a um lugar das ideias que é impossível de acessar. A crença nas sentenças de alguém acaba com esse recuo a uma gênese inatingível. Isso é interessante de discutir, pois esclarece a importância das crenças nas teorias da história.

Essa tese da crença nas teorias da história está relacionada a sentenças que emitimos sobre os fatos: toda teoria envolve uma crença embasada nas nossas sentenças, e a ideia pura, não contaminada pela crença, caso fosse possível acessar a sua gênese, seria improdutiva para as teorias da história, por causa da sua falta de correspondência com a realidade.

O que mais se evidencia quando se indaga sobre o pensamento de um autor até a sua origem — além do seu aspecto exaustivo — é a falta de crença nas ideias. Quando desconfiamos das sentenças de um autor, o método adequado é reler a fonte de onde se extraiu a frase, e não indagar a origem das ideias; quando localizamos a frase em determinado livro, de modo geral a tomamos como uma sentença afirmativa, sem nos importarmos em procurar a origem de tal sentença. Mas no caso de desconfiança das ideias, o procedimento é diferente. Indagar o pensamento de um autor até a sua origem sempre indica retroceder a lugares de ideias; em geral, esses lugares são inatingíveis.

É claro que o pesquisador pode se questionar sobre o lugar das ideias. Há a curiosidade com as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento das ideias, curiosidade com influências psicológicas e, também, a curiosidade que envolve a preocupação com ideias fundamentais de outros. Há ainda a curiosidade com o *tipo*: a ideia é um *modelo do fato*? Mas essa questão geralmente não inquieta o pesquisador não teórico. Ele pode inquietar-se com ideias de uma teoria acerca de um fato, mas dificilmente se preocupa em saber se a ideia é um *modo simplificado de representar um fato*, que serve como referência para o estudo de outros fatos, embora utilize mentalmente tal ideia para examinar diversos fenômenos.

No que tange às nossas sentenças, elas têm importância na formulação e para credibilidade das teorias. Como sabemos, as sentenças podem ser afirmativas e negativas, elas inserem sentido e crença nas teorias. Elas podem ser testadas com base nas credenciais dos historiadores e na confiança em suas teorias. As sentenças que examinam mais os fatos tendem a ter mais sentido; e quando uma teoria descreve bem um fato, geralmente essa teoria tem mais confiabilidade. O historiador que emite mais sentenças afirmativas sobre os fatos estabelece mais teorias confiáveis que evitam o pensamento de origem. Dispõe de mais credenciais para emitir sentenças e estabelecer teorias, credenciais que indicam que conhece os tipos das ideias que se encontram nos fatos ou que estão presentes nas teorias, ou que derivam dos pensamentos de origem, e estes, por sua vez, das ideias puras que são modelos dos fatos.

Mas essa questão das sentenças e dos juízos abalizados sobre o sentido das teorias não leva ao encadeamento de pensamentos de origem, pois o problema aqui é descobrir se a teoria do historiador é afirmativa ou negativa, se a teoria tem credibilidade, e não o lugar das ideias. O apelo às ideias presentes nas teorias só tem relação com as crenças, e não com qualquer outro problema de origem.

II

Diante do que foi exposto, de onde extraímos nossas ideias? Entendo que as ideias do nosso conhecimento histórico se originam em nossa consciência, mas nenhuma delas se forma sem realidade.

Podemos admitir que as ideias da história nascem na nossa consciência, como as ideias das nossas sentenças. Podemos também admitir que as ideias sobre a história não têm validade ou não inspiram crença se não forem ideias sobre a realidade. Mas é um equívoco admitir que as ideias do nosso conhecimento histórico são abstratas, totalmente puras, ou baseadas apenas na nossa percepção da realidade. Podemos dizer que as ideias do nosso

conhecimento histórico se originam em nossa consciência a partir da nossa percepção da realidade, ou seja, as ideias da história nascem da nossa descoberta de que a realidade é distinta da nossa consciência; todas as ideias que originam algo são extraídas da consciência, mas nascem do conhecimento da realidade.

Desse modo, a realidade contribui, de forma determinante, para a nossa concepção das ideias. Isso indica que as nossas ideias sobre a história se originam em nossa consciência, mas não são ideias em sentido último. Sempre podem ser questionadas: como no exemplo anteriormente citado, não devemos questionar a origem das ideias, mas, quando queremos saber da sua proveniência, devemos voltar à obra, considerar as credenciais do autor, examinar o sentido das ideias, crer nas sentenças etc.

O equívoco de quem considera as ideias sobre a história como ideias últimas é que não entende que o nosso conhecimento se origina da nossa percepção da realidade. No caso da teoria do conhecimento histórico, admite-se que a consciência e a realidade são distintas, mas às vezes podem coincidir para formular conhecimentos que originam algo ou pensamentos fundamentais. O problema do conhecimento que origina algo pode ser afirmar que a origem das ideias pode ser conhecida sem história ou por meio de questões sobre a origem das ideias na própria consciência. Em geral, porém, os pensamentos de origem ou pensamentos fundamentais e a origem das ideias são duas questões distintas, porque não concebemos pensamentos de origem pensando na origem ou nas ideias em seu lugar de concepção, e sim na realidade, de forma indireta, por meio do exame dos fatos, das sentenças afirmativas e negativas.

Assim, não é produtivo perguntar qual é a origem das ideias ou querer rastrear o pensamento até a sua origem, esses conhecimentos não contribuem em nada com a realidade. Não é que sejam inúteis, mas são enganosos: são conhecimentos que pedem sempre outros conhecimentos com origem.

III

A teoria do conhecimento histórico é a *utilização lógica de sentenças afirmativas e negativas* que formulamos especialmente para esse fim. Sempre a teoria *rejeita sentenças absolutas sobre os fatos*, e nunca persegue suas origens; as sentenças são *específicas*, não gerais, e por isso o historiador não questiona seus fundamentos. Não há nada que ele possa fazer com sentenças essenciais e *a priori* sobre os fatos.

Isso nos leva a discutir o *conteúdo* das sentenças. Para começar, podemos questionar qual deve ser a melhor sentença para o exame de um fato. No caso da teoria da história, isso é garantido pela sentença que faz uma descrição rica de um fato específico. Depois, é preciso que fique muito claro, pela estrutura teórica das sentenças, quais qualidades pertencem exclusivamente ao fato. Na falta dessa identificação, qualquer teoria pode ser prontamente refutada, já que nenhum fato pode formular sentenças sem suas qualidades. Mas, mesmo quando todas essas condições são satisfeitas, ainda é preciso saber o grupo particular que ele forma com outros fatos do mesmo tipo, para afirmar, por meio das sentenças, que ele explica uma dada situação. Do contrário, talvez seja impossível explicar corretamente o conteúdo das sentenças, sem ser capaz de dizer o grupo particular dos fatos. A sentença vem

da interligação de tipos e, por conseguinte, de um grupo particular de fatos. Nesse caso, as sentenças se baseiam precisamente nessa interligação de tipos e fatos. O risco de escolher uma sentença errada é tão menor quanto mais específicos são os fatos, e quanto mais particular é o grupo a que eles pertencem. O fato de escolher uma sentença geral e absoluta não faz a menor diferença para o estudo do conteúdo das sentenças. Esse conteúdo das sentenças é específico do fato examinado, e a explicação que faz também é específica. É um conteúdo rico em detalhes a ponto de responder a questões mais complexas, do tipo “o que liga um tipo de fato a outros tipos de fato para explicar situação X sem cair em generalizações absurdas?” Esse tipo de pergunta nos faz formular mais sentenças afirmativas do que negativas e criar um conteúdo mais rico em detalhes e mais consensual sobre o fato examinado.

A questão do conteúdo das nossas sentenças pode ser ainda desenvolvida. Será que a pergunta sobre o tipo de fato do conhecimento, o fato que se liga a outros tipos de fato, aquele conjunto de modelos de fato aos quais podemos recorrer para explicar as mais diversas situações sem cair em generalizações, não conduz ao erro da origem da ideia? Ao contrário, a pergunta sobre o tipo de fato afasta as ideias de origem, assim como a origem do pensamento; todos os tipos de fato ignoram a gênese das ideias e o pensamento genético. Nesse sentido, a minha proposta é substituir a preocupação com a *gênese* das ideias por outra, a saber: qual *tipo* de fato devo escolher para explicar uma dada situação?

A pergunta pelo tipo de fato evita que regressemos às origens dos pensamentos. Questiona o modelo teórico aplicado à situação, não a linhagem do pensamento até seu começo. O modelo teórico do conhecimento histórico não é puro, não é extraído da origem suprema, das ideias metafísicas: as ideias históricas são pensadas de forma consciente e espontaneamente. Podemos dizer que o modelo teórico do conhecimento histórico escolhe as sentenças com base em ideias impuras, ou seja, pensadas, uma vez que os tipos de fatos históricos não perguntam pela origem, mas pela falsidade ou veracidade das ideias. Esse modelo, digamos assim, teoriza os fatos com base em ideias racionais. Nesse sentido, as ideias históricas são retiradas da consciência, do pensamento intelectual, que não tem origem metafísica. No entanto, as perguntas genéticas refutam essas ideias racionais e agem sobre o conhecimento como se este repelisse a história, o que confunde a teoria da história com um conhecimento sem história. Essa contradição me interessa há um bom tempo.

Acredito que o meu argumento a favor de uma teoria do conhecimento histórico sem história tem outro sentido: criticando as ideias de origem criticaremos também uma teoria do conhecimento histórico baseada apenas em fatos originais e na razão verdadeira. A questão aqui é criticar as ideias de uma teoria genética do conhecimento histórico e criticar as nossas próprias teorias que perguntam pela origem e verdade dos fatos. Esse argumento sintetiza uma posição que eu proponho chamar de *teorismo crítico das conjecturas*. Trata-se de uma perspectiva mais abrangente que examina toda sorte de ideias e teorias genéticas. Não privilegia a teoria do conhecimento histórico ou as teorias da história, embora a história seja útil para criticar a si mesma, seu próprio conhecimento teórico, com seus fatos e razões, e todas as outras teorias do conhecimento genéticas. Essa atitude expressa uma visão que não se fecha nos critérios da teoria do conhecimento histórico ou nas teorias da história, mesmo que a história esteja presente em todo conhecimento, como

base da crítica. Sempre que nos deparamos com alguma ideia ou teoria genética, examinamos se a teoria critica ou não suas ideias e pensamentos de origem. O conhecimento de várias teorias talvez propicie uma crítica mais justa, que a própria teoria em exame não possa refutar. Porém um ponto de vista baseado apenas na teoria do conhecimento histórico ou nas teorias da história, talvez não consiga fazer a crítica do conhecimento genético. É o teorismo que não segue ordens de nenhum conhecimento específico que pode submeter os conhecimentos e as teorias genéticas à crítica.

Portanto, meu argumento a favor de uma teoria do conhecimento histórico sem história é uma forma de teorismo crítico que examina ideias e teorias genéticas por meio das conjecturas. Não importam as origens ou as linhagens dos pensamentos; as várias teorias possíveis repelem as origens que procuram pela verdade única. A posição que nomeamos de teorismo crítico das conjecturas não está interessada em resolver o problema da teoria do conhecimento genético com uma história factual, pelo contrário, critica-a com a maior justeza; ela concebe uma teoria do conhecimento histórico sem história, uma teoria que é capaz de refutar a origem dos fatos, usando o conhecimento com as mais variadas finalidades. Naturalmente, a grande variedade de finalidades faz uma história informativa sobre o comportamento dos fatos. A posição do teorismo crítico das conjecturas que tentamos formular pretende testemunhar esse comportamento de perto, e não levantar questões sobre as origens dos fatos.

Esse argumento só se aplica quando a teoria do conhecimento histórico não trabalha com uma sentença específica, que é o que faz a teoria do conhecimento com história factual. Se o conhecimento trabalha com uma sentença única, a teoria não está sujeita à crítica sobre sua origem. Nesse sentido, como vimos, a teoria do conhecimento histórico não pode se restringir aos fatos.

IV

Agora falarei da questão das *crenças*. O trabalho com os tipos de fato exige que construamos uma *verdade adequada à realidade*, ligada à teoria, por meio de *sentenças afirmativas*. Será que podemos construir uma verdade assim em uma teoria que trata os tipos de fato do nosso conhecimento da realidade?

Acredito seriamente que sim. Sugiro que ela é uma das ideias que fundamentam as sentenças afirmativas que constituem nosso conhecimento. Entendo que essa ideia é um tipo de afirmação que torna verdadeira a nossa crença na realidade.

As sentenças justificam nossas teorias do conhecimento, ou nossas ideias, com *crenças afirmativas* sobre os fatos, isto é, crenças baseadas em aspectos dos fatos que podemos considerar verdadeiros ou, pelo menos, de acordo com a realidade. Essa ideia nos leva a apelar para a posição do *teorismo crítico das conjecturas*, por uma razão, para saber se as sentenças resistem à crítica das conjecturas das quais falam. Se resistirem, é porque são afirmativas e conhecem aspectos dos fatos que podemos chamar de verdadeiros, o que nos faz julgar que nossas crenças em tais sentenças também são afirmativas e, conseqüentemente, verdadeiras.

As crenças nas sentenças enfatizam que há teorias do conhecimento capazes de resistir à crítica das conjecturas: toda teoria do conhecimento que resiste ao exame da realidade estabelece a verdade dos fatos de acordo com crenças afirmativas. Essa ideia nos leva à conclusão de que as sentenças de nossos conhecimentos devem ser afirmativas, conclusão que tende a induzir a crítica da conjectura contra aquelas teorias que se recusam a passar pelo exame e ainda assim tentam estabelecer a verdade dos fatos com base em *crenças negativas*.

As teorias do conhecimento que rejeitam as crenças negativas também rejeitam, acertadamente, a verdade dos fatos com base em crenças infundadas. Com isso, confirmam a importância da posição do teorismo crítico das conjecturas e não põem em risco a veracidade do conhecimento.

Acredito que as crenças negativas do conhecimento estão baseadas em ideias de origem e estão mescladas com uma verdade que está fora de nosso alcance; que só podemos evitar essas crenças quando não procuramos pela origem e pela verdade nos próprios fatos. Devemos nos prevenir contra essas crenças que nos fazem procurar pela origem e pela verdade nos fatos em si, porque elas se inspiram profundamente nas ideias de origem e de verdade metafísicas. Em toda teoria, por mais que elas se façam por meio de crenças nos fatos, não existe conhecimento fora do alcance do teorismo crítico das conjecturas. Se pensarmos assim, notaremos que a verdade dos fatos não pode estar além da crítica. Portanto, devemos submetê-la ao teorismo crítico das conjecturas. Sem essa submissão, não pode haver teoria, nem crítica das conjecturas, nem crença nos fatos, nem conhecimento.

V

Para finalizar, decomponho o argumento defendido aqui em dez teses epistemológicas.

Primeira tese: A teoria do conhecimento histórico sem história. Essa teoria se deve em parte a essa ausência de história, em parte aos nossos conhecimentos sobre ela. É possível fazer teoria sem história factual. Apenas a teoria não submissa aos fatos pode realmente fazer a crítica das conjecturas. A teoria que examina os fatos é diferente da teoria que se submete aos fatos, porque a teoria que examina os fatos não procura pelos fatos em si; ao contrário, critica às conjecturas. A teoria que se submete aos fatos diz respeito às origens; em vez de questionar as origens, preocupa-se com a verdade dos fatos em si, ou seja, se o fato é a realidade em si, e não uma construção da própria realidade.

Segunda tese: A teoria do conhecimento histórico começa e termina em ideias que estejam presentes em nosso intelecto. A questão pertinente diz respeito não às origens das ideias; mas, devemos perguntar se tais ideias que permeiam nosso intelecto expressam a realidade. A preocupação é operar em teoria com ideias que nascem e proliferam em nosso intelecto e que tenham acordos com a realidade. Buscamos saber disso ponderando sobre tais ideias em relação com a realidade, não procurando suas origens, mas testando seus acordos com a realidade.

Terceira tese: A teoria do conhecimento histórico não indaga as origens das ideias e não rastreia a linhagem dos pensamentos. Na origem das ideias, não há informações relevantes sobre os fatos. O que a teoria do conhecimento histórico deve fazer é examinar se tais ideias estão de acordo com os pensamentos que temos sobre os fatos. Também pode examinar se tais ideias são coerentes com a realidade que visa informar. No que concerne à linhagem dos pensamentos, o mais importante de examinar não é a sua origem, mas como e por que tal pensamento chegou a informar sobre os fatos. A linhagem do pensamento expõe ideias por meio de exemplos, exemplos que falam da realidade, dos fatos, de outros pensamentos e da verdade.

Quarta tese: As ideias e os pensamentos são constructos mentais aproximativos e não definitivos da realidade. O conhecimento da realidade não pode partir do nada, nem de uma ideia ou de um pensamento fixo. As ideias e os pensamentos são, sobretudo, criações intelectuais, são movimentos da realidade. Embora sempre tenhamos de fixar ideias e pensamentos para que possamos avançar acerca do conhecimento da realidade, essa fixação não é definitiva. O conhecimento da realidade só poderá acontecer se conseguirmos modificar ideias e pensamentos anteriormente estabelecidos.

Quinta tese: A teoria do conhecimento histórico é uma teoria dos tipos ou modelos dos fatos. Como os fatos são abstrações humanas, a teoria do conhecimento histórico são abstrações dos tipos ou modelos dos fatos. Isso quer dizer que o conhecimento da realidade se apoia em teorias sobre os fatos: cada fato da nossa realidade é examinado a partir de tipos ou modelos. Nesse sentido, sem essas abstrações, o conhecimento da realidade não se realiza.

Sexta tese: A teoria do conhecimento histórico é feita por meio de sentenças afirmativas. A sentença afirmativa adequada à realidade não diz respeito à realidade, mas sim às fontes do conhecimento. Em vez de questionarmos se determinada sentença é afirmativa, isto é, se faz avançar o conhecimento da realidade, devemos questionar as fontes. Não é possível avançar no conhecimento da realidade sem questionarmos as fontes, porque não operamos com uma ideia de verdade eterna, no sentido de uma adequação total à realidade. O que fazemos é nos aproximar da realidade, da melhor forma possível, examinando as sentenças afirmativas em suas fontes de conhecimento, quer diretamente, quer indiretamente.

Sétima tese: A teoria do conhecimento histórico é um teorismo crítico das conjecturas. Um teorismo crítico das conjecturas é um conjunto de teorias mais ou menos certas sobre a realidade. A teoria do conhecimento histórico é um teorismo acerca dos fatos, e não uma única teoria acerca dos fatos. Todavia, embora o teorismo seja também uma teoria sobre a história, ele vai além dela; e é porque vai além dela que consegue justamente fazer a crítica das conjecturas, consegue fazer a crítica de várias realidades. Não existe uma única teoria verdadeira acerca das conjecturas, por isso ela consegue conhecer muitos fatos. Mas, possui critérios mais ou menos verdadeiros para conhecimento das realidades. Critérios como clareza e nitidez não são critérios de verdade, mas são critérios que podem ajudar no conhecimento das conjecturas. Assim, o teorismo crítico não estabelece a verdade dos fatos, mas promove o seu conhecimento. Quando são criticados, os fatos proporcionam o aparecimento de verdades que nos ajudam a conhecê-los em algum grau.

Oitava tese: A teoria do conhecimento histórico admite aspectos dos fatos que podemos conhecer com certeza. A teoria do conhecimento histórico não constitui uma verdade objetiva, mas podemos conhecer aspectos confiáveis dos fatos e, nesse sentido, mais ou menos certos. A verdade da teoria do conhecimento histórico é um tipo de certeza que alimenta a nossa confiança nos fatos; de qualquer maneira, essa confiança não é uma verdade, mas pode ser entendida como tal. A confiança nos fatos vem da exclusão de inverdades, e também do que é considerado menos certo, e nos ajuda a perscrutar as conjecturas e conhecer a realidade.

Nona tese: A teoria do conhecimento histórico constrói uma verdade ligada à teoria. A verdade da teoria do conhecimento histórico é uma construção a partir da teoria sobre os fatos. Toda teoria levanta novas verdades não objetivas, quanto mais conhece as conjecturas que constituem os fatos e quanto mais conhece a realidade. Quanto mais conhecemos as conjecturas e mais nos aproximamos dos fatos, mais certo é o que sabemos sobre a realidade, mais conhecemos o que antes desconhecíamos. A verdade do conhecimento é uma construção teórica: nosso conhecimento das conjecturas é uma teoria mais ou menos certa sobre os fatos, enquanto a verdade é produto da teoria do nosso conhecimento.

Décima tese: A teoria do conhecimento histórico é feita de crenças afirmativas sobre os fatos. As crenças afirmativas justificam nosso conhecimento, nossas teorias, ou seja, são capazes de tornar nosso conhecimento, nossas teorias, possível. Essa última tese implica que as crenças afirmativas formulam um conhecimento mais verdadeiro sobre os fatos. Mas as crenças afirmativas não são a verdade sobre os fatos: elas inspiram a nossa confiança nos fatos. Isso nos leva à conclusão de que as crenças afirmativas incentivam o conhecimento histórico e a verdade é uma inspiração a favor dos fatos.

TEORIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SEM HISTÓRIA
 Ensaio recebido em 14/09/2022 • Aceito em 10/04/2023
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado